

RELATÓRIO E CONTAS 2011



MUNICÍPIO DO CORVO

Índice

Objectivos do Município.....	2
Factores relevantes em 2011.....	3
a) A evolução da gestão nos diferentes sectores em que o Município exerceu a atividade	
b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	
c) A evolução previsível do Município	
d) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada	
e) Outras informações sobre a evolução da atividade e a situação do Município	
Análise Económica, Financeira e Orçamental.....	8
a) Fontes de Financiamento.....	8
i. Receitas Próprias	
ii. Outros Financiamentos	
b) Aplicação dos Recursos Financeiros	10
i. Despesas de Funcionamento	
ii. Serviço da Dívida	
iii. Investimento Municipal	
iv. Investimento e Fontes de Financiamento	
v. Capacidade de Endividamento	
c) Análise Económica e Financeira	14
i. Análise do Balanço	
ii. Análise da Demonstração de Resultados por Natureza	
iii. Indicadores Económicos e Financeiros	
d) Análise da Execução Orçamental	21
i. Receita	
ii. Despesa	
iii. Grandes Opç	
e) Análise das Receitas e da Despesas - Rácios ...	24
Composição dos Órgãos Municipais	26



Objectivos do Município

O Município do Corvo, enquanto Autarquia Local e portanto pessoa colectiva de direito público, de âmbito territorial, tem como objectivo e sua principal razão de ser, a satisfação das necessidades colectivas da população, salvaguardando e fazendo prevalecer o interesse público. Nesta perspectiva, e acrescentando o facto de que a autarquia em causa se insere numa envolvente única, tanto a nível de dimensão, já que nos referimos a uma ilha-concelho de 17,1 Km², com 425 habitantes, mas também a nível de localização, uma vez que, para além de se situar na ultraperiferia europeia e portuguesa, situa-se na periferia açoriana. Por tudo isto, a Câmara Municipal do Corvo representa para os seus munícipes, o único meio de contacto com a Administração Pública do Estado, e como tal a única via de exposição e resolução dos seus problemas, dificuldades e anseios. Assim sendo a Autarquia apresenta-se como principal pólo aglutinador e dinamizador socioeconómico daquela localidade e ao mesmo tempo elemento chave no combate ao isolamento, sendo a trave mestra, sobre a qual assenta o desenvolvimento do concelho.



O Município do Corvo, autarquia local, é constituído por dois órgãos, sendo eles a Assembleia Municipal, órgão deliberativo, e a Câmara Municipal, órgão executivo.

Os seus objectivos advêm das funções que lhe são acometidas, no quadro legal, Lei 159/99 de 14/09, alterada pela Lei 55-B/2004 de 30-12-2004; Lei 107-B/2003 de 31-12-2003 e DL 7/2003 de 15-01-2003, traduzindo-se estas em duas grandes áreas, o exercício do poder de autoridade e a prestação de serviços à população em áreas não cobertas por privados.

A actuação do Município ao longo dos últimos anos, teve como objectivo a cobertura das necessidades básicas da população, sendo de realçar que neste âmbito se elaboraram as grandes infra-estruturas, em campos como o abastecimento de águas, recolha de resíduos sólidos, vias de comunicação terrestres, ETA, etc. Desta forma conseguiu-se garantir a satisfação das necessidades básicas dos Munícipes, permitindo-lhes a base para a sobrevivência.

Para cumprimento das disposições legais, vimos submeter à Assembleia Municipal o relatório de gestão e as contas respeitantes à actividade desenvolvida no exercício de 2011:



Factores relevantes em 2011

- *A evolução da gestão nos diferentes sectores em que o Município exerceu a actividade:*

O Município do Corvo, em 2011 atuou nas áreas em que habitualmente as desenvolve, sendo elas a manutenção e construção de bens de domínio público, abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos, serviços culturais e funções de administração geral.

Em termos de investimento realça-se as imobilizações em curso, que teve um aumento de 74% em comparação com o ano anterior, tendo em conta as várias obras a decorrer como as empreitadas de Construção do Caminho da Várzea e de Repavimentação do troço da Avenida Nova ao Caminho dos Moinhos, e as obras a realizar por administração direta como a Construção do Parque de Reserva de Combustível, a pavimentação do Caminho das Pedras Vermelhas, a construção do bebedouro no Outeiro da Roça e as grandes reparações em diversas máquinas como a Pá 910 e 930 e ainda o camião Iveco.



Quanto à estrutura organizacional, manteve-se ao mesmo nível no ano anterior. No decorrer de 2011 a Edilidade apresentava uma estrutura de recursos humanos constituída por um total de 36 funcionários, sendo 25 com contrato trabalho em funções públicas de tempo indeterminado, 4 sem termo e 7 com contratos a termo certo. No executivo constavam 2 autarcas a tempo inteiro.

As Políticas de Intervenção do Município mantiveram, em continuidade com o passado, a busca do desenvolvimento para o Concelho.

Em termos de urbanismo realça-se a revisão a ser realizada ao PDM, a elaboração do Plano Pormenor da Zona Antiga Urbana da Vila a aguardar a ratificação por parte do Governo Regional. Ao longo de 2010 e 2011 foi necessário efetuar alterações aos mesmos tendo em conta a entrada em vigor de nova legislação nestas áreas. Espera-se que no próximo ano, ambos entrarão em vigor.

A grande aposta para os próximos anos assente-se nas energias renováveis. No ano de 2011 foi concluído o projeto técnico de instalação de sistemas solares de aquecimento de águas



sanitárias. Obra que será lançada em fases, prevendo-se que a primeira seja executado no próximo ano. Por outro lado, encontra-se em fase de conclusão o projecto técnico de construção e uma nova lagoa artificial, prevendo-se igualmente que a sua execução física inicie no próximo ano.

- *Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:*

Não se registaram quaisquer factos relevantes.

- *A evolução previsível do Município*

O ano de 2011 foi igualmente marcado a nível mundial pela crise económica que também afectou o Município. As transferências do estado sofreram uma diminuição de 4,9% em comparação com o ano interior, no entanto os impostos diretos aumentaram 2,12%. Para ultrapassar essas dificuldades económicas, o município apostou na realização de obras candidatáveis aos fundos comunitários. Em comparação com o ano anterior o impacto das receitas vindas dos fundos comunitários no total da receita arrecadada aumentou 46,28%. Por outro lado, o endividamento líquido diminui 3,60%.



- *Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada:*

O Município apresentou um Resultado Líquido do Exercício, no ano de 2011, no valor de € 552.070,88.



Estando cumprido o ponto 2.7.3.4 do POCAL, propõe-se nos termos da legislação em vigor, ponto 2.7.3.5 POCAL, tendo ainda em conta o ofício SAI-VPGR/2007/1962 da DROAP – Direção Regional de Organização e Administração Pública, que a totalidade deste resultado seja incluída em Reservas Legais, na conta 571.



- *Outras informações sobre a evolução da actividade e a situação do Município:*

As áreas de intervenção do Município têm vindo a crescer, dadas as grandes infra-estruturas se encontram realizadas. Os três QCA (Quadros Comunitários de Apoio) foram um factor marcante para a infra-estrutura do Concelho nas áreas do saneamento básico, abastecimento de águas, educação, infra-estruturas rodoviárias, protecção civil, etc.



Em 2011 encontravam-se em fase de conclusão as obras realizadas por administração direta como a construção do Parque de Reserva de Combustível, a pavimentação do Caminho das Pedras Vermelhas e a construção do Bebedouro do Outeiro da Roça.

Em continuidade com os anos anteriores, foi dada execução ao previsto no Regulamento dos Apoios na Remoção de Pátios de Criação de Suínos e Galináceos no Centro Urbano do Município do Corvo, proporcionado à população um serviço que viabiliza a economia local de base rural e permita salvaguardar a salubridade pública em compatibilidade com o Plano Director Municipal.

O município candidatou ao programa operacional PROCONVERGENCIA o projeto de Reequipamento dos Serviços de Recolha Seletiva de Resíduos Sólidos, que englobou a aquisição de Ecopontos e de duas viaturas para a recolha de resíduos sólidos. Esta iniciativa aliada à construção do centro processamento e recolha seletiva de lixo, a ser executada pela Secretaria



Regional do Ambiente e do Mar, contribuirá significativamente para o melhoramento do bem-estar dos corvinos e o seu meio ambiente.

À semelhança do ano anterior, o município participou no concurso ECO Freguesia, freguesia Limpa, e em conjunto com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), o Governo Regional dos Açores através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a Royal Society for Protection of Birds (RSPB) continuam a serem desenvolvidas as atividades relacionadas com o projeto “Ilhas Santuário para Aves Marinhas”.



Em 2011 o município também promoveu a candidatura ao programa PRORURAL, promovido pela Secretaria

Regional da Agricultura e Florestas, o projeto de Recuperação de um Moinho de Vento Tradicional da Vila do Corvo, proporcionado assim a recuperação e conservação do património histórico e cultural da ilha. No próximo ano, prevê-se a execução física e conclusão desta iniciativa.

A empreitada de Repavimentação do troço da Avenida Nova ao Caminho dos Moinhos foi adjudicada e candidatada aos fundos comunitários. Esta obra visa o melhoramento da circulação e acessibilidade física de pessoas e bens numa via principal de comunicação com o aeródromo e porto da vila. Englobará uma zona de estacionamento junto ao aeroporto e as infraestruturas necessárias para a futura colocação da fibra ótica no município.



No ano de 2011, o município viu concluída a obra do Multiusos promovida pelo Governo Regional dos Açores. Este empreendimento proporcionará aos corvinos um espaço de lazer e de promoção de atividades culturais que irão de encontro às necessidades e desenvolvimento da sociedade.



Agora o Concelho enfrenta novos desafios, continuando a tirar o melhor proveito do Quadro Referência Estratégico Nacional (PROCONVERGENCIA) ao qual já foram candidatas e aprovadas 4 projetos com uma execução total de 71,38% do plafond. No próximo ano apresentará mais 2 candidaturas para comparticipação, nomeadamente, a construção de uma segunda lagoa artificial e pavimentação da respetiva estrada de acesso.



Para o desenvolvimento da vila o município obteve o apoio do Governo Regional através da celebração de Contratos de Cooperação Financeira Direta ARAAL. No ano de 2011 foram realizados vários contratos, salientando-se a formalizada com a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para a execução da primeira fase do processo de implementação da instalação de sistemas solares e bombas de calor para aquecimento de águas sanitárias nas habitações do Corvo.

Os desafios dos próximos anos serão em diversas áreas, desde as já mencionada construção de nova lagoa artificial e a instalação de sistemas alternativos de aquecimento de águas sanitárias, passando a intervenções que envolverão diversas entidades desde o Governo Regional a empresas como a EDA e a PT, com as construções de novo aeroporto e melhoramento da pista de aviação, do centro de recolha de resíduos sólidos e a respetiva recolha seletiva, de infraestruturas que proporcionarão o aproveitamento de energia hídrica e eólica, e ainda colocação de fibra ótica no concelho. Na área de desporto e recreio, prevê-se no próximo ano iniciar a remodelação do campo de jogos, obra que será executada pelo Governo Regional dos Açores.

O papel do Município assume assim relevância nesta articulação sendo preponderante o estabelecimento de acções que permitam satisfazer as necessidades básicas dos seus munícipes, proporcionado o respectivo crescimento e desenvolvimento, permitindo assim a quebra do seu isolamento e a colocação do Município no mundo.



Análise Económica, Financeira e Orçamental

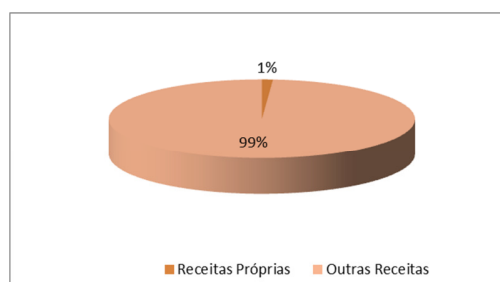
- *Fontes de Financiamento:*

As fontes de financiamento compreendem os meios financeiros que no âmbito da política económica nacional são colocados à disposição das autarquias para o exercício das suas funções.

RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas próprias são todos os recursos financeiros que a autarquia pode arrecadar à exceção das transferências ou dos empréstimos contraídos.

A atividade da autarquia é financiada em cerca de 1% através de receitas próprias.



As receitas próprias apresentam a seguinte importância face às receitas totais:

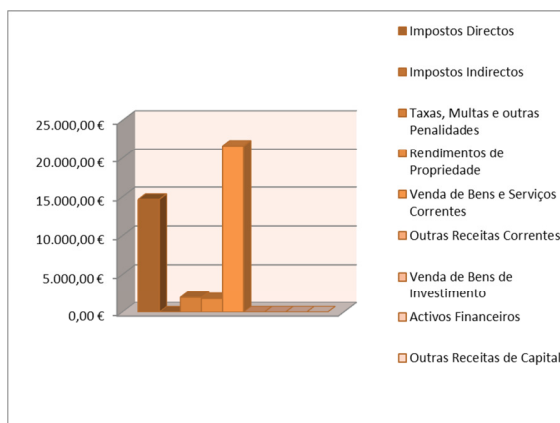
Receitas	Valor	%
Receitas Próprias	36.836,87 €	1,08%
Outras Receitas	3.378.355,79 €	98,92%
	3.415.192,66 €	100%

As receitas próprias do município encontram-se estruturadas da seguinte forma:

Receitas Próprias	Valor	%
Impostos Directos	14.654,45 €	40%
Impostos Indirectos	- €	0%
Taxas, Multas e outras Penalidades	1.921,19 €	5%
Rendimentos de Propriedade	1.767,69 €	5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	18.493,54 €	50%
Outras Receitas Correntes	- €	0%
Venda de Bens de Investimento	- €	0%
Activos Financeiros	- €	0%
Outras Receitas de Capital	- €	0%
Total	36.836,87 €	100%



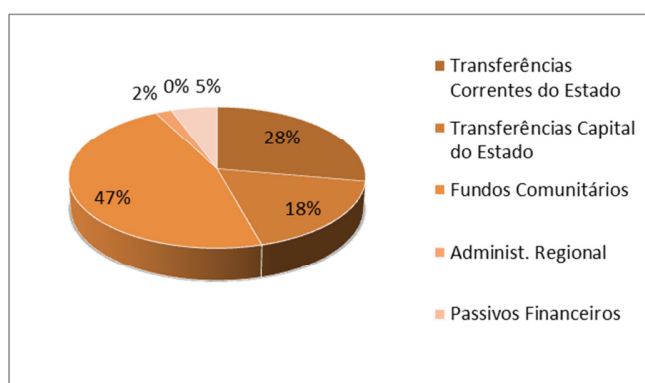
A grande fatia das receitas próprias advém das receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes com 50% e dos impostos diretos 40%.



Outros Financiamentos

Para além das receitas próprias, existem ainda as transferências do Orçamento de Estado, a título de participação nos impostos do Estado, assim como o acesso aos fundos comunitários e outros.

Receitas	Valor	%
Transferências Correntes do Estado	939.403,45 €	27,81%
Transferências Capital do Estado	603.240,00 €	17,86%
Fundos Comunitários	1.579.304,15 €	46,75%
Administ. Regional	66.523,19 €	1,97%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
Outras Receitas	189.885,00 €	5,62%
	3.378.355,79 €	100%



- *Aplicação dos Recursos Financeiros:*

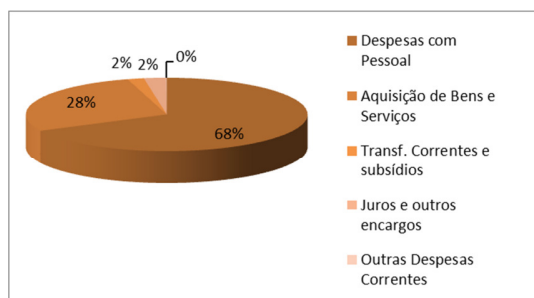
Abordam-se neste ponto as respetivas aplicações financeiras com despesas de funcionamento, com destaque para as despesas com pessoal, bem como as despesas com o serviço da dívida e o investimento.

Despesas de funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afetam o património não duradouro do Município.

Despesas Correntes	Valor	%
Despesas com Pessoal	581.778,03 €	67,63%
Aquisição de Bens e Serviços	239.746,08 €	27,87%
Transf. Correntes e subsídios	16.310,08 €	1,90%
Juros e outros encargos	21.683,37 €	2,52%
Outras Despesas Correntes	763,20 €	0,09%
	860.280,76 €	100%

Da análise da tabela conclui-se que a representatividade das despesas com o pessoal assume 69,24% das despesas de funcionamento.



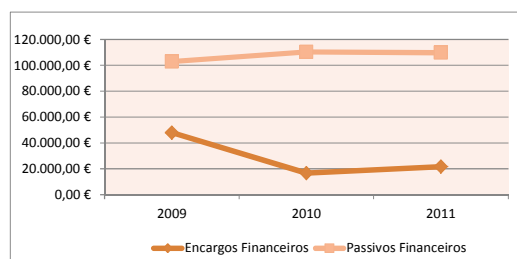
Serviço da Dívida

O serviço da dívida compreende o montante suportado com os encargos financeiros (juros) e os passivos financeiros (amortizações).

	Valor		
	2009	2010	2011
Serviço da Dívida	Valor	Valor	Valor
Encargos Financeiros	47.882,06 €	16.611,64 €	21.683,37 €
Passivos Financeiros	102.924,36 €	110.318,08 €	109.808,02 €
Total	150.806,42 €	126.929,72 €	131.491,39 €



Como podemos verificar o serviço da dívida não sofreu grandes alterações. Os encargos financeiros sofreram um aumento ligeiro devido em parte á oscilação das taxas de juro.



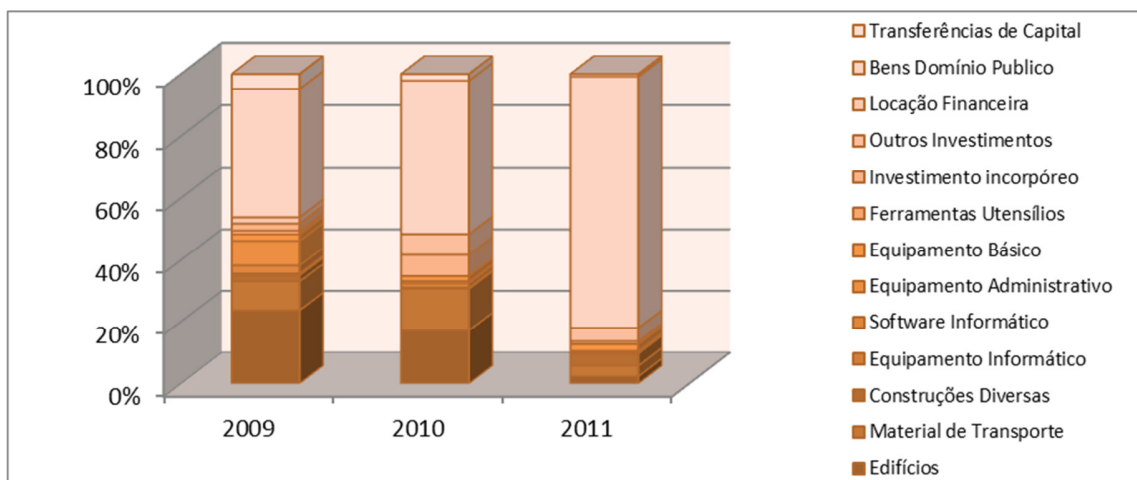
Investimento municipal

O investimento apurado a partir do mapa de execução do PPI, não reflete a totalidade do investimento do município, dado que só inclui as verbas pagas.

		Anos		
Aquisição de bens de Capital		2009	2010	2011
		Valor	Valor	Valor
Edifícios		114.623,44 €	192.620,11 €	52.122,74 €
Construções Diversas		45.537,99 €	151.829,09 €	75.023,88 €
Material de Transporte		9.655,84 €	3.166,94 €	86.531,89 €
Equipamento Informático		2.968,88 €	2.150,50 €	8.831,04 €
Software Informático		12.595,17 €	13.915,90 €	3.770,00 €
Equipamento Administrativo		38.669,61 €	8.591,72 €	5.534,51 €
Equipamento Básico		10.291,45 €	18.938,47 €	47.685,84 €
Ferramentas Utensílios		5.933,39 €	522,55 €	279,99 €
Investimento incorpóreo		10.987,32 €	78.196,54 €	20.657,38 €
Outros Investimentos		0,00 €	74.440,00 €	96.790,40 €
Locação Financeira		9.790,05 €	0,00 €	0,00 €
Bens Domínio Publico		200.630,73 €	557.003,37 €	1.799.348,76 €
Transferências de Capital		23.131,95 €	24.040,74 €	18.370,30 €
Total		484.815,82 €	1.125.415,93 €	2.214.946,73 €

Da análise da tabela ressalta o valor gasto na aquisição de bens do domínio público que representa 81%, um aumento significativo devido às obras em curso, nomeadamente a construção do Caminho da Várzea e a repavimentação do troço da Avenida Nova ao Caminho dos Moinhos. Na rubrica material de transporte o aumento deve-se à aquisição de viaturas de recolha de resíduos sólidos.



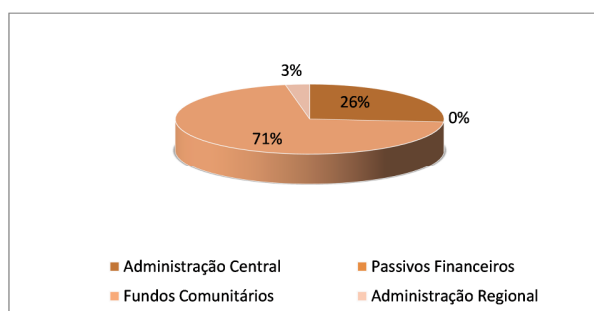


Investimento e Fontes de Financiamento

Entendem-se pois como principais fontes de financiamento o produto da: venda de bens de investimento; componente de capital dos fundos atribuídos ao município no âmbito da participação nos impostos do estado; fundos comunitários; recurso ao crédito; outras transferências de capital e outras receitas de capital.

Financiamento/Investimento	Valor	%
Administração Central	603.240,00 €	26,31%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
Fundos Comunitários	1.623.148,57 €	70,79%
Administração Regional	66.523,19 €	2,90%
Total	2.292.911,76 €	100%

De salientar que no corrente ano a maior fatia das fontes de financiamento foram das receitas advindas dos fundos comunitários (70,79%).



Capacidade de Endividamento

A Lei das Finanças Locais (LFL), Lei nº 2/2007, de 15/01 introduziu o conceito de endividamento líquido municipal, consistindo da diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos. A LFL define ainda que O montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Por outro lado, o montante dos contratos de empréstimos a médio e longo prazo não pode exceder o montante das referidas receitas, enquanto que a soma dos empréstimos a curto prazo não pode ultrapassar 10% desse mesmo valor.

Devido à situação financeira do país, já sentida no ano anterior, foram implementados medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública.

A Lei do Orçamento de Estado de 2011, Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro, alterada pela Lei nº 60-A/2011 de 30 de Novembro, definiu que o endividamento líquido do município a 31 de Dezembro de 2011 não poderia ultrapassar o montante verificado a 31 de Dezembro de 2010. Para a contração de novos empréstimos de médio e longo prazo, foi limitado ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município. Assim sendo, para o ano de 2011 o Município desfrutava de um limite máximo de endividamento líquido de 829.862,00€ e foi-lhe atribuído o montante de € 1.026.903,00 para o limite máximo de endividamento com empréstimos a médio e longo prazo.

Endividamento Líquido (EL)		Endividamento de médio e longo prazo (EMLP)		
EL 31-12-2010	Limite EL 2011	MLP 31-12-2010	Rateio nº2 artº 53º LOE/2011	Limite EMLP 2011
(1)	(2)=(1)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)
829.862	829.862	828.485	184.946	1.013.431

A Lei do Orçamento de Estado de 2007 (Decreto-Lei nº 50-A/2007, de 6/03) no seu artigo 33º determina exceções ao endividamento municipal referente a empréstimos de médio e longo prazo. Podem excepcionar-se os empréstimos e as amortizações destinadas exclusivamente ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários.



O Município tem dois financiamentos que reúnem estas condições, sendo eles o referente à Lagoa Artificial e Estrada de Acesso contratado a 20-06-2000, e o dos Caminhos Municipais da Grota e da Galinha contratado a 23-07-2001.

Situação face aos limites ao endividamento municipal a 31/12/2011:

Designação	Montante
Capital em dívida de médio a longo prazo	1.310.037,40
Endividamento líquido	1.335.023,07
Capital em dívida excepcionada dos limites	535.066,81
Capital em dívida de médio a longo prazo a considerar	774.970,59
Endividamento líquido a considerar	799.956,26
Endividamento médio longo prazo empréstimos - montante em excesso	0,00
Endividamento Líquido - montante em excesso	-29.905,74

Utilizando a fórmula de cálculo proporcionada pela Direção Geral das Autarquias Locais, no quadro supra evidencia-se que a 31 de Dezembro de 2011 o Município encontrava-se dentro dos limites de endividamento líquido e de endividamento com empréstimos a médio e longo prazo. O endividamento líquido era menos 3,60% do montante máximo permitido e o referente a empréstimos era menos 23,53%. Refere-se ainda que não foram contraídos empréstimos de curto prazo.

- *Analise Económica e Financeira:*

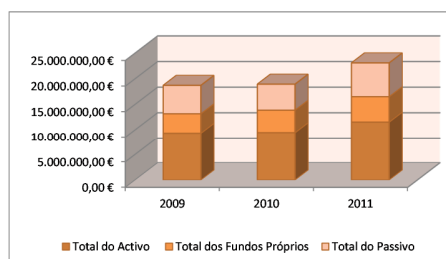
Na elaboração deste ponto é feita uma análise comparativa dos últimos três anos, com especial incidência nas dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros, conforme sugerido no ponto 13 C) do POCAL.

Análise do Balanço

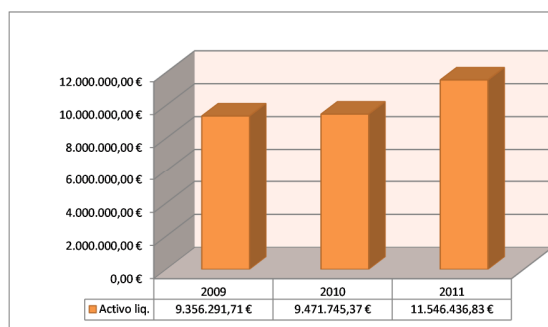
A Estrutura Patrimonial do Município tem apresentado um crescimento moderado nos últimos anos.



	2009	2010	2011
Total do Activo	9.356.291,71 €	9.471.745,37 €	11.546.436,83 €
Total dos Fundos Próprios	3.812.582,59 €	4.401.486,80 €	4.953.557,68 €
Total do Passivo	5.543.709,12 €	5.070.258,57 €	6.592.879,15 €



Em 2011 o Ativo Liquido Municipal foi de 11.546.436,83 € que corresponde a um acréscimo de 2.074.691,43 € em relação ao ano anterior.



Este valor deve-se em parte ao aumento do Imobilizado (bens do domínio público), como se pode verificar através do mapa do ativo e á diminuição do valor das existências em armazém e de um aumento das dívidas de terceiros de curto prazo.

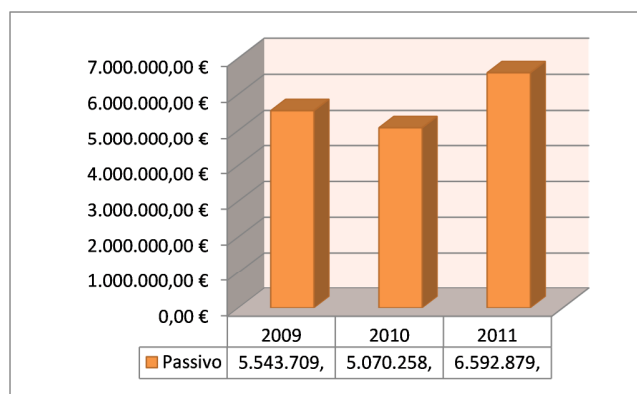
	Anos					
	2009		2010		2011	
Ativo Líquido	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens Domínio Público	4.197.469,27 €	44,86%	4.313.944,67 €	45,55%	6.148.030,79 €	53,25%
Imobilizações Incorpóreas	342.225,97 €	3,66%	327.179,92 €	3,45%	300.817,83 €	2,61%
Imobilizações corpóreas	4.439.300,98 €	47,45%	4.479.053,09 €	47,29%	4.678.673,03 €	40,52%
Investimentos						
Financeiros	2.500,00 €	0,03%	2.500,00 €	0,03%	2.500,00 €	0,02%
Existências	138.301,57 €	1,48%	127.102,35 €	1,34%	109.641,56 €	0,95%
Dívidas de terceiros						
M/L Prazo						
Dívidas de terceiros Curto Prazo	5.561,22 €	0,06%	17.164,85 €	0,18%	66.595,29 €	0,58%
Titulos Negociáveis						
Caixa e Bancos	230.408,74 €	2,46%	204.151,14 €	2,16%	239.381,73 €	2,07%
Acréscimos e Diferimentos	523,96 €	0,01%	649,35 €	0,01%	796,60 €	0,01%
Total	9.356.291,71 €	100%	9.471.745,37 €	100%	11.546.436,83 €	100%



As Dívidas de Terceiros tiveram um aumento face ao ano anterior situação que se fica a dever ao saldo da rubrica outros devedores e que representa cerca de 66% do valor total das dívidas de terceiros. Tal aumento deve-se ao facto de haver pedidos de pagamentos pendentes dos fundos comunitários.

Dividas de Terceiros	Anos					
	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cientes C/C	750,00 €	13,49%	2.285,00 €	13,31%	1.500,00 €	2,25%
Utentes C/C	797,85 €	14,35%	2.798,71 €	16,30%	1.661,38 €	2,49%
Estado e outros entes públicos	4.013,37 €	72,17%	12.081,14 €	70,38%	19.589,49 €	29,42%
Outros devedores	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	43.844,42 €	65,84%
Total	5.561,22 €	100%	17.164,85 €	100%	66.595,29 €	100%

No final de 2011 o Passivo Municipal perfazia 6.592.879,15 €, ou seja mais 1.522.620,58 € do que no ano anterior.



PASSIVO	Anos					
	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a terceiros ML prazo	1.530.163,50 €	27,60%	1.419.845,42 €	28,00%	1.310.037,40 €	19,87%
Dívidas a terceiros C/ prazo	362.258,80 €	6,53%	113.160,47 €	2,23%	256.172,02 €	3,89%
Acréscimos e diferimentos	3.651.286,82 €	65,86%	3.537.252,68 €	69,76%	5.026.669,73 €	76,24%
Total	5.543.709,12 €	100%	5.070.258,57 €	100%	6.592.879,15 €	100%



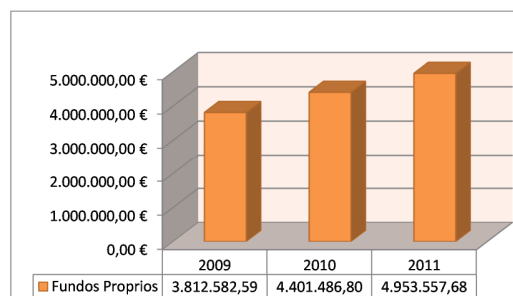
O valor do passivo deveu-se a um aumento significativo da rubrica acréscimos e diferimentos, tal aumento deve-se à arrecadação em 2011 de proveitos deferidos dos fundos comunitários.

Dívidas a Terceiros	Anos					
	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a instituições de crédito ML prazo	1.530.163,50 €	80,86%	1.419.845,42 €	92,62%	1.310.037,40 €	83,64%
Fornecedores C/C	75.646,36 €	4,00%	9.615,52 €	0,63%	11.544,22 €	0,74%
Fornecedores imobilizado C/C	26.989,52 €	1,43%	35.924,63 €	2,34%	29.881,20 €	1,91%
Estado Outros Entes Públicos	6.763,38 €	0,36%	5.394,27 €	0,35%	5.519,74 €	0,35%
Outros Credores	252.859,54 €	13,36%	10.260,11 €	0,67%	3.870,81 €	0,25%
Fornecedores de Factoring	0,00 €	0,00%	51.965,94 €	3,39%	205.356,05 €	13,11%
Total	1.892.422,30 €	100%	1.533.005,89 €	100%	1.566.209,42 €	100%

As dívidas a terceiros sofreram um aumento relativo, havendo apenas um aumento da dívida a fornecedores de factoring e fornecedores C/C, todas as outras rubricas apresentam diminuições.

Em relação ao aumento da rubrica de fornecedores de factoring deve-se a faturas inerentes à execução de empreitadas.

O aumento dos fundos próprios, no exercício de 2011, deve-se ao facto de se ter contabilizado o valor que estava no resultado líquido como reservas legais, procedimento que esta de acordo com a proposta de aplicação de fundos e do aumento significativo dos resultados líquidos.



Fundos Próprios	Anos					
	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	1.886.520,30 €	49,48%	1.886.520,30 €	42,86%	1.886.520,30 €	38,08%
Reservas Legais	1.457.314,66 €	38,22%	1.926.062,29 €	43,76%	2.514.966,50 €	50,77%
Reservas Livres	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Resultado Líquido	468.747,63 €	12,29%	588.904,21 €	13,38%	552.070,88 €	11,14%
Total	3.812.582,59 €	100%	4.401.486,80 €	100%	4.953.557,68 €	100%

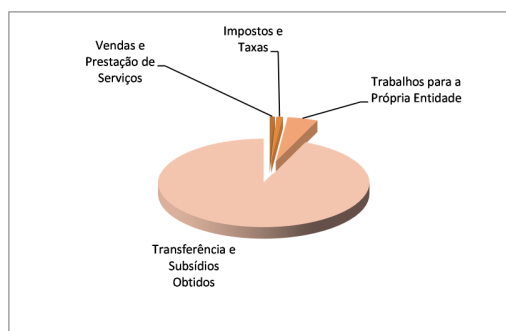


Análise da Demonstração de Resultados por Natureza

Em 2011 os proveitos operacionais tiveram uma diminuição de cerca 4% em relação ao ano anterior.

	Anos		
	2009	2010	2011
	Valor	Valor	Valor
Proveitos e Ganhos Operacionais			
Vendas e Prestação de Serviços	33.408,87 €	16.896,72 €	12.945,40 €
Impostos e Taxas	10.517,07 €	13.434,81 €	16.575,64 €
Trabalhos para a Própria Entidade	66.836,05 €	70.144,06 €	76.939,40 €
Transferência e Subsídios Obtidos	1.581.990,70 €	1.625.157,87 €	1.542.643,45 €
Total	1.692.752,69 €	1.725.633,46 €	1.649.103,89 €

Dos proveitos e ganhos operacionais destacam-se por ordem de grandeza as transferências e subsídios obtidos, que correspondem a 94% do total dos proveitos operacionais e que dizem respeito aos subsídios recebidos pela administração central.



O aumento dos trabalhos para a própria entidade deveu-se à execução de diversas obras por administração direta.

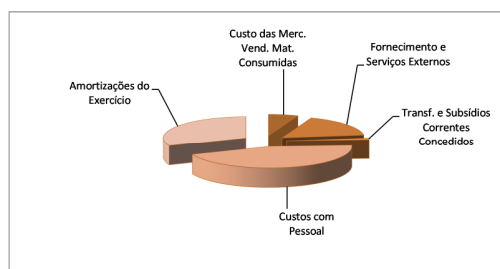
Os custos e perdas operacionais suportados pelo município do Corvo em 2011 totalizaram 1.231.488,91 €.

	Anos		
	2009	2010	2011
	Valor	Valor	Valor
Custos e Perdas Operacionais			
Custo das Merc. Vend. Mat. Consumidas	83.792,78 €	52.934,25 €	71.557,78 €
Fornecimento e Serviços Externos	208.683,19 €	207.742,77 €	210.724,63 €
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos	5.150,00 €	15.179,20 €	15.110,08 €
Custos com Pessoal	681.301,75 €	598.128,89 €	551.543,30 €
Amortizações do Exercício	367.454,25 €	395.993,51 €	382.553,12 €
Total	1.346.381,97 €	1.269.978,62 €	1.231.488,91 €

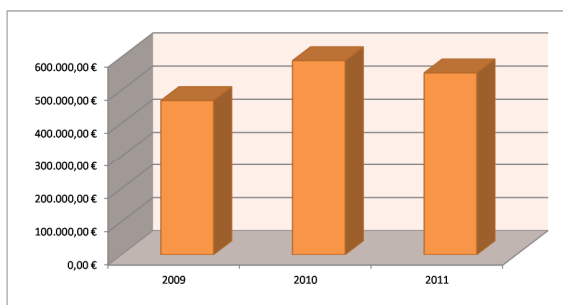


Os fornecimentos e serviços externos respeitam a todos os custos de estrutura inerentes ao funcionamento do município, apresentando um decréscimo que significa alguma poupança por parte do município.

Os custos com o pessoal sofreram uma diminuição significativa, devido à terminação de alguns contratos, a existência de pessoal destacado em outras entidades.



O resultado líquido do exercício teve uma diminuição, devido à diminuição de todos os resultados parciais que o compõem, como se pode verificar pela tabela abaixo. Em relação aos resultados operacionais serem inferiores aos do ano passado é de referir que os custos operacionais diminuíram assim como os proveitos facto que esta influenciar a descida do resultado operacional.



Da observação da tabela salienta-se o facto dos resultados operacionais terem diminuído, facto que se deve á diminuição simultânea dos seus dois componentes. Face ao ano anterior, o município manteve o seu nível de eficiência que tinha ganho no ano passado pois o valor dos seus custos operacionais foi inferior. Os resultados financeiros espelham a situação atual dos mercados financeiros, que por sua vez fez aumentar este saldo.

Rubricas	Anos		
	2009	2010	2011
Proveitos Operacionais	1.692.752,69 €	1.725.633,46 €	1.649.103,89 €
Custos Operacionais	1.346.381,97 €	1.269.978,62 €	1.231.488,91 €
Resultados Operacionais	346.370,72 €	455.654,84 €	417.614,98 €
Resultados Financeiros	-41.288,94 €	-10.988,13 €	-17.730,78 €
Resultados Correntes	305.081,78 €	444.666,71 €	399.884,20 €
Resultados Extraordinários	163.665,85 €	144.237,50 €	152.186,68 €
Resultados Líquidos	468.747,63 €	588.904,21 €	552.070,88 €



Indicadores Económicos e Financeiros**Rácios económico-financeiros**

	2011	2010
Liquidez reduzida	1,19	1,96
Liquidez geral	1,62	3,08
Autonomia Financeira	42,90%	46,47%
Cobertura do Activo circulante	0,00	-0,01
C.Permanentes/Activo Fixo Líquido	56,29%	63,81%
(C.Permanentes + Acrésc. e difer. (274)) /Activo Fixo	100,76%	101,40%
Passivo M/L prazo/Cap. Próprios	26,45%	32,26%
Prazo médio de pagamento (dias)	14,93	13,46
Prazo médio de recebimento (dias)	39,09	61,18
Rotação de Stocks	0,60	0,42
Valor stock médio anual	118.376,96	127.102,35
Tempo de Rotação das matérias-primas (dias)	434,50	704,15
Stock matérias-primas em 31/12	85.183,33	102.119,45
Matérias-primas consumidas no ano	71.557,78	52.934,25
Rendibilidade dos Capitais Próprios	11,14%	13,38%



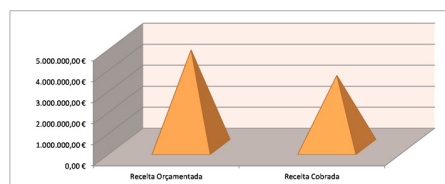
- *Análise da Execução Orçamental:*

Receita

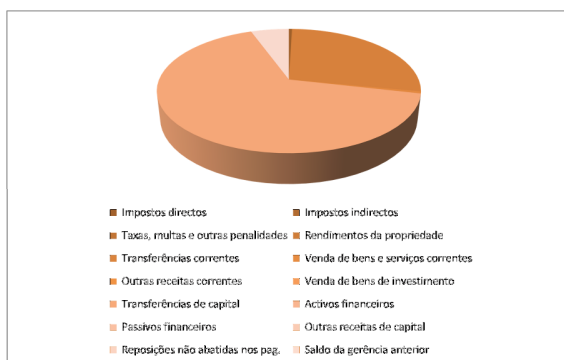
A análise da execução orçamental de 2011 é feita comparando a sua evolução aos últimos três anos.

Receita Orçamentada – 4.629.254,00 €

Receita Cobrada – 3.415.192,66€

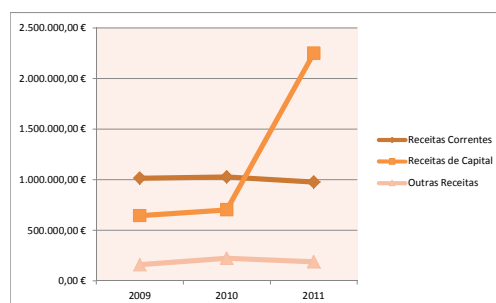


As receitas cobradas relativamente ao total da receita prevista correspondem a uma taxa de execução de 73,77%.



Receita Cobrada em 2011		
01	Impostos directos	14.654,45 €
02	Impostos indirectos	- €
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.921,19 €
05	Rendimentos da propriedade	1.767,69 €
06	Transferências correntes	939.403,45 €
07	Venda de bens e serviços correntes	18.493,54 €
08	Outras receitas correntes	- €
09	Venda de bens de investimento	- €
10	Transferências de capital	2.249.067,34 €
11	Activos financeiros	- €
12	Passivos financeiros	- €
13	Outras receitas de capital	- €
15	Reposições não abatidas nos pag.	- €
16	Saldo da gerência anterior	189.885,00 €
		3.415.192,66 €

As receitas em 2011 totalizaram 3.415.192,66 €, sendo 976.240,32 € (28,59%) de receitas correntes, 2.249.067,34 € (65,85%) de receitas de capital e 189.885,00 (5,56%).

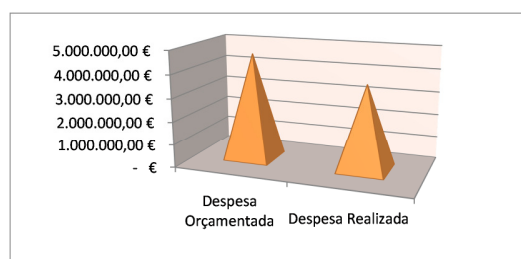


Da análise do gráfico pode-se concluir que a receita teve um crescimento acentuado em relação ao ano transato cerca de 74%. Sendo que as receitas correntes têm-se mantido estáveis, já em relação às receitas de capital tiveram uma subida acentuada em relação a 2010 tal facto deve-se à arrecadação de fundos comunitários.

Despesa

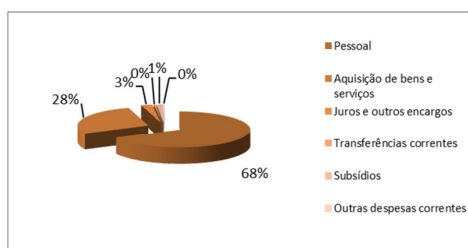
Despesa Orçamentada – 4.628.254,00 €

Despesa Realizada – 3.661.724,82 €



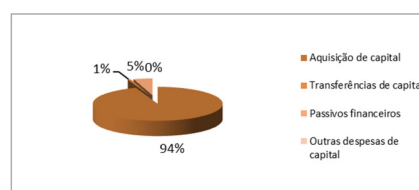
O grau de execução das despesas foi superior ao do ano anterior, situando-se nos 68,82%.

O total dos pagamentos efetuados em 2011 foi de 3.185.035,51 €, sendo 860.280,76 € (27,01%) de despesas correntes e 2.324.754,75 € (72,99%) de despesas de capital.

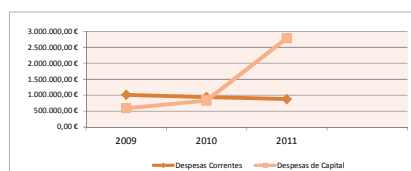


DESPESAS CORRENTES	
Pessoal	581.778,03 €
Aquisição de bens e serviços	239.746,08 €
Juros e outros encargos	21.683,37 €
Transferências correntes	3.510,08 €
Subsídios	12.800,00 €
Outras despesas correntes	763,20 €
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	860.280,76 €

Despesas de Capital	
Aquisição de capital	2.196.576,43 €
Transferências de capital	18.370,30 €
Passivos financeiros	109.808,02 €
Outras despesas de capital	0,00 €
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	2.324.754,75 €



As despesas correntes têm sofrido um decréscimo ao longo dos anos, representando um esforço da autarquia em tornar os recursos mais eficientes e demonstrando poupança ao nível do funcionamento. As despesas de capital apresentam um aumento significativo em relação ao ano transato, tal facto deve-se aos diversos investimentos a serem executados pela autarquia.



Grandes Opções do Plano

Na execução das Grandes Opções do Plano anexas a este relatório, pode verificar-se a execução financeira real de cada projeto à data de 31 de Dezembro de 2011, referindo-se aqui apenas os valores programados e executados.

Execução das Grandes Opções do Plano

	Previsto	Realizado	%
Administração Geral	126.114,00 €	58.818,18 €	46,64%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	39.000,00 €	10.620,58 €	27%
Acção Social	48.300,00 €	17.870,30 €	37,00%
Ordenamento do Território	32.000,00 €	12.051,30 €	37,66%
Saneamento	2.500,00 €	0,00 €	0%
Abastecimento de Agua	225.000,00 €	19.815,75 €	8,81%
Resíduos Sólidos	114.000,00 €	93.815,09 €	82,29%
Protecção do Meio Amb. e conserv. da Natureza	10.000,00 €	0,00 €	0,00%
Cultura	81.000,00 €	55.985,82 €	69,12%
Desporto, Recreio e Lazer	136.000,00	34.546,00 €	16,82%
Transportes Rodoviários	2.445.000,00 €	1.793.471,18 €	73,35%
Agricultura e pecuária	0,00 €	0,00 €	0%
Industria e Energia	280.000,00 €	117.952,53 €	42%
Operações da Divida da Autarquia	134.101,00 €	131.407,71 €	97,99%
Diversas não Especificadas	20.000,00 €	12.800,00 €	64,00%
Total	3.693.015,00 €	2.359.154,44 €	63,88%

Como se pode constatar pela tabela acima o grau de execução fixou-se nos 63,88% ficando abaixo das expectativas iniciais.



- *Análise das Receitas e das Despesas - Rácios:*

Seguidamente apresentam-se alguns rácios comparativos na ótica da classificação orçamental.

RACIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2009	2010	2011
1-Receitas Próprias/Receita Total	3%	1%	1%
2-Impostos Directos/Receita total	0,53%	0,59%	0,42%
3-FSM+PIRS+FEF/Receita Total	87%	87%	44%
4-Impostos Directos/Receita Corrente	1%	1%	1%
5-Venda de Bens e Serv. /Receita Corrente	4%	2%	2%
6-Receitas Correntes/Receita Total	47%	53%	28%
7-Receita de Capital/Receita Total	46%	34%	66%
8-Transferencias Exterior/Receita Total	1%	3%	47%

Notas Explicativas

1. As receitas próprias mantiveram o mesmo peso que o ano transato face ao total das receitas municipais.
2. O peso dos impostos directos nas receitas do município diminuiu no corrente ano 0.17%.
3. As transferências dos fundos municipais tiveram em 2011 um peso muito inferior em relação com o ano anterior.
4. O peso dos impostos directos no total das receitas corrente é de apenas 1%.
5. A venda de bens e serviços manteve-se em relação ao total das receitas correntes.
6. No valor global das receitas arrecadadas pelo Município no corrente ano, 28% são receitas correntes.
7. As receitas de capital correspondem a 66% das receitas municipais, apresentando um acréscimo face ao ano anterior.
8. O peso das transferências do exterior no total das receitas do Município é de 47%, representando um aumento significativo face ao ano anterior.



RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2009	2010	2011
1- Pessoal/Despesas Correntes	69%	65%	67%
2-Aq. Bens e Serviços/Despesas Correntes	25%	10%	29%
3-Investimentos/Despesa de Capital	79%	91%	95%
4-Passivos Financeiros/Despesa de Capital	18%	9%	4%
5-Despesas Correntes/Despesas Totais	63%	44%	24%
6- Despesas de Capital/Despesas Totais	37%	56%	76%

Notas Explicativas

1. O peso que as despesas com pessoal tiveram nas despesas correntes aumentou ligeiramente em relação ao ano anterior.
2. A aquisição de bens e serviços sofreu um aumento em relação ao total das despesas correntes.
3. Comparativamente ao ano anterior verificou-se um aumento nos investimentos em relação ao total das despesas de capital, representando 95% das despesas de capital.
4. Os encargos com a amortização de empréstimos diminuíram em relação ao total das despesas de capital.
5. As despesas correntes têm diminuído devido ao esforço que se vem fazendo na melhoria dos serviços a prestar aos munícipes.
6. As despesas de capital aumentaram significativamente em relação ao ano transato.



Composição dos Órgãos Municipais

- *Assembleia Municipal para o Quadriénio de 2010-2013:*



Óscar Manuel Valentim da Rocha
Presidente



Luís Carlos André Jorge
1º Secretário



Maria da Conceição Lourenço de Fraga
Mendes
2º Secretário



Deputados Municipais:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Patrícia Manuela Mendes Emílio
Paulo Alexandre de Lima Dias
João de Brito Mendonça Xavier
Fernando Pimentel Câmara
Lubélio de Fraga Mendonça
Vitória André Avelar Valadão
Maria José Mendonça de Fraga Pimentel Ferreira
Carla Milagres Freitas de Fraga

Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico

Orlando Mendes Emílio
Maria de Fátima Mendonça Patrício (renunciou)
Paulo Jorge Abraços Estêvão
Célia Marina Fraga Nunes
Filipe Tadeu Hilário Alves



- *Câmara Municipal para o Quadriénio de 2010-2013:*



Manuel das Pedras Rita
Presidente



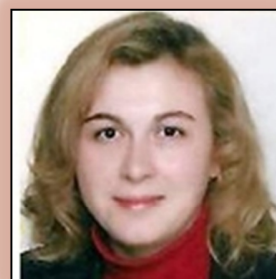
Carlos Manuel Valadão
Vice-Presidente



Aida Maria de Freitas Felicidade
Vereadora



Joe Valadão Rego
Vereador



Deolinda Rosa Machado Vieira
Estevão
Vereadora

